



Cuiabá-MT, 7,8 e 9 de junho de 2014

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Segunda, 09 de junho de 2014, 15h02

SEM CONDIÇÕES

Conselho pede que Estado decrete emergência na saúde

Lis Ramalho, repórter do GD

Chico Ferreira



O Conselho Estadual de Saúde aprovou e vai encaminhar ainda nesta semana, ao governo do Estado, uma resolução recomendatória, que propõe ao governador Silval Barbosa (PMDB), decretar estado de

emergência, no setor da saúde em Mato Grosso. A situação crítica nos hospitais municipais e regionais, a falta de repasse aos municípios do interior, falta de médicos, medicamentos, insumos, além das condições de trabalho, insalubridade que os profissionais da área são submetidos a trabalhar, são os principais motivos, segundo o membro do Conselho, José Alves.

Ele é um dos que defende que o governo acate a resolução. Decretando estado de emergência, o Governo Federal é obrigado a intervir. “O governador acata a recomendação e publica no Diário Oficial. Depois é criada uma comissão composta por diversos setores para fazer o diagnóstico que é encaminhado à União, para que sejam tomadas as medidas, como a liberação de mais recursos. O sucateamento nas unidades de saúde como Hemocentro, o Centro Estadual de Referência para Média e



Alta Complexidade (Cermac), o Centro Integrado de Apoio Psicossocial (Ciaps) Adauto Botelho também é agravante”.

Alves lembrou que faltam 6 meses para encerrar este governo e também por conta da Copa do Mundo de 2014, que começa nesta quinta-feira (12), o Conselho Estadual de Saúde, teme que Barbosa não acate a sugestão. “A intenção é que também seja elaborado um plano de garantia da saúde, com cronogramas para serem executados”.

O Conselho Estadual de Saúde é um órgão colegiado, de decisão superior, caráter permanente e deliberativo. É composto por 30 conselheiros titulares e 30 suplentes, formado por entidades representantes dos segmentos de usuário (50%), profissionais de saúde (25%) e governo e prestadores de serviços em saúde privados, conveniados, ou sem fins lucrativos (25%). O Conselho tem por objetivo, acompanhar e avaliar a execução das ações da saúde. Aos conselheiros cabe ainda, formular prioridades da política do Sistema Único de Saúde (SUS) em conjunto com a equipe de saúde da gestão governamental.

O Conselho de Saúde é a principal ferramenta de Controle do SUS e deve refletir os anseios da sociedade, possibilitando um controle efetivo das ações de saúde realizadas pelos gestores. *(Colaborou Thalyta Amaral)*

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / [Cidades](#)

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

08/06/2014 - 18:00

Conselho recomenda que Silval Barbosa declare 'estado de emergência' na Saúde em MT

Da Redação - Priscilla Silva

Foto: Priscilla Silva/ Olhar Direto



O Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso aprovou na última semana uma resolução que recomenda que o Governo do Estado declare “estado de emergência na saúde de Mato Grosso”. A maioria dos conselheiros, principalmente os que representam o segmento dos usuários, acredita que a declaração possa dissolver o argumento do governador Silval Barbosa de que “falta de dinheiro em caixa” para resolver os problemas da saúde pública.

Leia

mais

**Carro com 12 pessoas capota em rodovia e deixa oito crianças feridas
Duas pessoas morrem em acidente com três carretas perto da Serra de São Vicente**

A resolução foi apresentada pelo conselheiro, José Alves, do Conselho Regional de Fisioterapia (Crefito). “Diante dos problemas na saúde como dívidas com fornecedores, falta de medicamentos, atrasos nos repasses dos recursos aos municípios e sucateamento das unidades de saúde; é necessário que se decrete estado de emergência no Estado”, defende Alves.

Os conselheiros acreditam que o grito de socorro possa resolver parte dos problemas



apresentados no estado. Segundo eles, o alerta possibilita a constituição de um grupo multisetorial que irá construir um diagnóstico situacional de Mato Grosso.

Com o levantamento em mãos será possível que alocar e captar mais recursos federais para a saúde. A intenção é que também seja elaborado um plano de garantia da saúde no estado, sendo que este contenha cronogramas para serem executados.

Caso a recomendação seja acatada pelo Governo do Estado paralisações, como a do MT Hemocentro, e greves poderiam ser evitadas. Nesta segunda-feira (09), cerca de 170 funcionários do MT Hemocentro cruzaram os braços por não disporem de insumos e materiais para o funcionamento da unidade de saúde.

Fonte: www.olhardirto.com.br

Notícias / Cidades

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

07/06/2014 - 14:25

Servidores questionam destino de R\$ 4 mi a MT Hemocentro e pedem apuração junto ao Conselho Estadual de Saúde

Da Redação - Priscilla Silva

Foto: Priscilla Silva/ Olhar Direto

Sem insumos e materiais, os funcionários do MT Hemocentro buscam esclarecimento sobre o emprego de R\$ 4,8 mi que foram empenhados para o primeiro semestre deste ano, sendo que apenas R\$ 900 mil foram, efetivamente, pagos aos fornecedores. Os valores constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf) em pesquisa realizada na última quarta-feira(4).



Revoltados, servidores pretendem acionar o Conselho Estadual de Saúde para que apure a aplicação do montante. Nessa semana, indignados com a precariedade no órgão, os funcionários chegaram a bloquear a rua 13 de Junho, em alerta as condições da unidade. Na próxima segunda, 9, os funcionários irão cruzar os braços por 24 horas para chamar atenção sobre os problemas enfrentados pelo MT Hemocentro.

Leia mais
MT Hemocentro para as atividades nesta segunda-feira por falta de material

O Siaf também apresenta dados que revelam orçamento no valor de R\$ 16,9 milhões para o MT Hemocentro para o ano de 2014. No entanto, já decorridos seis meses, apenas cerca de 2% foram pagos para as empresas encarregadas pelo fornecimento dos materiais para a unidade de saúde. "Isso gera desconfiança dos fornecedores que conseqüentemente não entregam o material e quem não participa das licitações nem sequer tem interesse, pois o pagamento é incerto", lamenta Alzira Saldanha funcionária do MT Hemocentro e representante sindical na área da saúde.

Conforme Alzira, desde 2009 a unidade vem sendo sucateada. "De lá pra cá só piorou a situação até chegarmos a esse caos que presenciamos hoje, onde todos os nossos laboratórios não estão funcionando", lamenta.

Ela ainda pondera "o nosso estado arrecada nos padrões da China, mas o investimento em saúde é pífio", compara a funcionária.

Outro lado

A Secretaria de Saúde do Estado informou que juntamente com o Ministério da Saúde está trabalhando para que o problema seja resolvido. Quanto a manutenção dos serviços, a assessoria informou que a rede filantrópica e a rede particular do Estado ficarão responsáveis, até a conclusão dos trabalhos, pelas áreas de processamento de sangue, de imunohematologia e de sorologia.

Ainda conforme a assessoria, a partir da última quarta-feira (4) a unidade passou a receber insumos e para os próximos 15 dias novas aquisições são previstas. A Secretaria de Estado de Saúde afirma que, nesse período, a atuação de outros laboratórios para atendimento não irá onerar o Estado, pois serão custeados pelo Ministério da Saúde.

Quanto aos valores empenhados e não pagos em sua integralidade, a SES, por meio de sua assessoria respondeu que desconhece esses valores e que e não reiterou que não 'irá permitir nenhum tipo comportamento eleitoreiro'.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Cidades

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

09/06/2014 - 15:00

MT Hemocentro para as atividades a três dias da Copa e 900 pacientes ficam desassistidos

Da Redação - Priscilla Silva

Foto: Priscilla Silva/ Olhar Direto



Os funcionários do MT Hemocentro paralisaram suas atividades nesta-segunda-feira (09). A falta de insumos e materiais para execução dos trabalhos torna "impossível" assistir os mais de 900 pacientes cadastrados na unidade de saúde pública. Para Alzira Saldanha, membro do comitê em defesa da saúde, a suspensão dos trabalhos por 24 horas não irá atrapalhar os serviços da unidade, "pois a maioria já não funcionam mais".

Leia

Servidores questionam destino de R\$ 4 mi a MT Hemocentro e pedem apuração junto ao Conselho Estadual de Saúde

mais



MT Hemocentro para as atividades nesta segunda-feira por falta e material

Um simples hemograma já não pode ser realizado no MT Hemocentro. Transfusão de sangue e exames como o de diagnósticos estão parados há mais de um ano, denunciam os funcionários. A unidade de saúde atende dois tipos de público, os doadores, que de boa vontade vão contribuir com o banco de sangue, e os pacientes já debilitados, que querem saber o seu diagnóstico e buscam tratamentos.

Com os corredores e salas de doadores vazios, no dia de hoje o MT Hemocentro deixou de atender cerca de 60 pacientes que diariamente buscam a unidade. "Nós não queremos atrapalhar os trabalhos. Essa paralisação é para ver se o governo do Estado se posiciona e dê resolutividade a esta situação", esclarece Alzira Saldanha.

A sindicalista ressalta que desde 2010 os trabalhadores da unidade encaminharam denúncias sobre a precariedade do MT Hemocentro para o Ministério Público Estadual (MPE), entretanto até o momento nenhuma ação foi feita em defesa do serviço.

Na semana passada, os funcionários do MT Hemocentro pediram esclarecimento sobre a aplicação de R\$ 4,8 milhões que foram empenhados para o primeiro semestre deste ano, sendo que apenas R\$ 900 mil foram, efetivamente, pagos aos fornecedores. Os valores constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf) em pesquisa realizada na última quarta-feira (4).

O Siaf também apresenta dados que revelam orçamento no valor de R\$ 16,9 milhões para o MT Hemocentro para o ano de 2014. No entanto, já decorridos seis meses, apenas cerca de 2% foram pagos para as empresas encarregadas pelo fornecimento dos materiais para a unidade de saúde.

"Isso gera desconfiança dos fornecedores que conseqüentemente não entregam o material e quem não participa das licitações nem sequer tem interesse, pois o pagamento é incerto", lamenta Saldanha.

Outro

lado

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) afirmou que com apoio do Ministério da Saúde e da Coordenação Nacional do Sangue, trabalha para resolver todos os problemas enfrentados pelo MT-Hemocentro.

Segundo a secretaria, os serviços das áreas de processamento de sangue e dos laboratórios de Imunohematologia e sorologia que estavam suspensos serão retomados o mais rápido possível, com todas as condições necessárias ao pleno funcionamento. Os



insumos já foram comprados e grande parte já se encontra no órgão.

Ainda de acordo com o a SES, será assinado um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Estado e Vigilâncias para estabelecer prazos para obras e reformas. A Saúde do Estado garante que não houve descontinuidade de nenhum serviços que o órgão presta a população. O SES providenciou a prestação de serviços junto a Rede Filantrópica e particular do Estado.

Os bancos de sangue Henosan e Ithemco auxiliam nos serviços de processamento de sangue e tem autorização do Estado. Os pagamentos por estes serviços prestados pelos Bancos de Sangue, são feitos pelo Ministério da Saúde com a emissão de guia de atendimento aos usuários (FTO). O serviço de transfusão de sangue eletivo está sendo feito em Hospitais credenciados pela Rede SUS até a normalidade do mesmo.

🔍 Clique nas fotos para ampliar

Fonte: www.olharjuridico.com.br

Notícias / Civil

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#)

09/06/2014 - 12:32

Juíza bloqueia R\$ 4 mi da conta do IPAS e manda Estado reassumir gestão do hospital de Colíder

Da Redação - Laura Petraglia



A Justiça determinou o bloqueio de cerca de R\$ 5,5 milhões das contas do Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde - IPAS (R\$ 4.010.619,25) e do governo do Estado (R\$ 1.442.435,48) para aquisição de medicamentos e insumos urgentes para regular o funcionamento do Hospital Regional de Colíder/MT que, segundo os autos, encontra-se em situação caótica.

Consta da decisão da juíza da Vara da Comarca de Colíder, Henriqueta Fernanda Lima, que os valores deverão ser depositados em conta judicial "vinculada ao presente feito e serão liberados, mediante alvará judicial, a conta a ser informada pelo Ministério Público, e repassada aos fornecedores de insumos, após juntada das notas fiscais que deverão ser apresentadas, pela interventora, ao parquet que comunicará a este juízo o valor a ser repassado".

Justiça manda Câmara cumprir Lei da Transparência sob pena de multa diária de R\$ 5 mil

A magistrada determina que a gestão do hospital de Colíder seja retomada imediatamente pelo Estado de Mato Grosso e o mesmo deve abster-se de terceirizar a unidade de saúde, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil.

A decisão, em caráter liminar, atendeu pedido formulado na ação de obrigação de fazer impetrada pelo Ministério Público do Estado e Defensoria Pública contra o Estado de Mato Grosso e o IPAS.



Segundo informações do Tribunal de Justiça, a juíza deferiu a tutela antecipada para que no prazo de 30 dias o Estado providencie o necessário para assegurar de forma permanente e regular a aquisição de medicamentos e insumos a fim de regularizar o funcionamento do Hospital Regional de Colíder, "sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, sem prejuízo do bloqueio de valores do erário."

FONTE: WWW.MIDIANEWS.COM.BR

COTIDIANO / SAÚDE PÚBLICA

08.06.2014 | 07h30 - Atualizado em 07.06.2014 | 15h57

Tamanho do texto A- A+

Surto de sarampo que atinge Europa pode chegar ao Brasil na Copa no Mundo

Especialistas alertam que só vacinação evita contágio; doses são oferecidas pelo SUS a pessoas de qualquer idade

DIVULGAÇÃO

DO IG SAÚDE

Os hipocondríacos já sabem: muita gente junta também significa encontro e troca de uma boa variedade de bactérias e vírus. Em eventos com possíveis aglomerações de pessoas como a Copa do Mundo, alguns cuidados, como aqueles básicos de higiene (manter mãos limpas e não levá-las à boca ou olhos, por exemplo) são essenciais para afastar a possibilidade de contrair gripes, pneumonia e outras infecções virais e bacterianas. Mas e quando o perigo vem de fora, mais precisamente em voos transatlânticos?

O risco agora está em doenças que não estão circulando no Brasil, mas que estão em plena atividade fora daqui. E não está se falando somente em surtos que acontecem em países mais pobres, mas sim também em regiões da Europa. Segundo o pediatra e presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) Renato Kfoury, o risco atual está no sarampo. "Existem muitas pessoas que ainda



não estão vacinadas contra a doença. Elas não necessariamente tiveram problemas porque até então não tiveram contato com ninguém que tivesse o vírus, mas se alguém de fora o trouxer, essas pessoas podem adoecer”, alerta.

Na Europa, por exemplo, foram registrados 31.685 casos de sarampo só em 2013. O plano dos países do velho continente é erradicar a doença até final de 2015. O Brasil está há anos-luz à frente da Europa, mas, depois de 15 anos sem registrar casos da doença, eles recomeçaram em 2013.

“Às vezes um ou outro brasileiro que não foi vacinado vai para a Europa, adquire o sarampo lá, volta e espalha entre os outros não vacinados aqui do Brasil. É o que chamamos de ‘casos importados’ de sarampo”, alerta Kfoury, sobre a importância da vacinação. Até agora foram registrados 350 casos, metade deles em crianças menores de um ano, já que a vacina só é administrada depois de um ano de idade. A outra metade de contaminados, no entanto, deveria estar vacinada. “Isso mostra que existem deficiências em vacinação, os ‘bolsões’ descobertos”.

Perigo: Paulistanos adultos não tomam vacina, aponta levantamento

E não tem desculpa: a vacina contra o sarampo é coberta pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e não tem limite de idade. “Se a pessoa não lembra se foi vacinada ou não, ela deve ser considerada como se não tivesse recebido nenhuma dose. Não há problema em repetir a dose, não vai fazer mal”, tranquiliza o médico.

Após os 350 casos de sarampo registrados no Brasil, o País está há um mês e meio sem registrar novos casos, segundo Kfoury. “Esperamos três meses para poder dizer que o surto acabou”, explica o médico. Com o País esperando cerca de 600 mil turistas, sendo boa parte vindo da Europa, é prudente que a população brasileira atualize a carteirinha de vacinação e não leve crianças menores de um ano, sem todas as vacinas, em ambientes com aglomeração de pessoas.



O tal de chikungunya

Mas não é só o sarampo que está deixando a área médica com as orelhas em pé. Um outro vírus, o chikungunya, provoca uma febre hemorrágica e é transmitido pelo aedes aegypti, o mesmo mosquito vetor da dengue. Felizmente até agora esse vírus não apareceu no Brasil, mas, embora seja originário do sudeste asiático, ele já mostrou suas garras no Caribe fazendo vítimas por lá.

E já se sabe: do Caribe para o Brasil, é um pulo. Por isso, para quem viaja para a região, é importante se prevenir da única forma possível: usando repelente de insetos.

Outro exemplo de que a prevenção é o melhor remédio é a poliomielite, que é a paralisia infantil. No Brasil, ela não aparece há mais de 20 anos e, mesmo assim, há campanhas anuais para a importância da vacinação. O motivo está na globalização. A doença não está erradicada no mundo, explica o pediatra. “Qualquer um que vier de outro país com a pólio poderia transmitir para nós, caso a população não estivesse coberta com a vacina”, explica o presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, alertando para a importância de manter a carteira de vacinações em dia.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Segunda, 09 de junho de 2014, 11h50

Tamanho do texto A- A+

Caos na saúde pública

Para os banqueiros e agiotas nacionais e internacionais os governos destinam dez vezes mais recursos orçamentários do que para a saúde pública...

JUACY DA SILVA

Hugo Dias/HiperNotícias



O caos na saúde pública no Brasil, nos estados e em todos os municípios decorre de vários fatores, dentre os quais o maior pode ser a concentração dos recursos oriundos da carga tributária nas "mãos" da União, que fica com aproximadamente 63% de todos os impostos que a população paga, cabendo aos Estados em torno de 24% e aos municípios apenas 13%. A grande maioria dos municípios brasileiros vive de "pires nas mãos", praticamente mendigando recursos para fazer face aos diversos encargos que a União e os Estados tem transferido e continuam tranferindo para esses primos pobres da República.

Além das distorções naturais deste processo de concentração dos recursos em poder da União, um segundo fator também contribui para este caos que vem se agravando: a redução proporcional dos gastos e investimentos do Ministério da Saúde ao longo dos últimos doze anos, durante os governos Lula e Dilma, em relação aos gastos totais com saúde. Em 2003, coube ao Ministério da Saúde 50,1% desses gastos, passando para 46,6% em 2006; para 42,9% em 2010, último ano do Governo Lula, passando para 45,4% no primeiro ano do Governo Dilma e chegando em 2014, final de seu mandato, com apenas 42,3%.

Isto significa que se o Ministério da Saúde em 2015 aplicasse o mesmo percentual dos gastos totais em saúde, deveria ter um orçamento de 126 bilhões de reais ao invés dos 106 bilhões aprovados para o orçamento de 2014.

Um terceiro fator é a não execução do orçamento do Ministério da Saúde, da mesma forma que vários outros ministérios, onde a cada ano deixam de ser aplicados vários bilhões em todas as áreas. Em artigo anterior, demonstramos que somente durante os



governos Lula e Dilma deixaram de ser gastos e investidos a importância de aproximadamente R\$ 122 bilhões de recursos aprovados pelo Congresso para o Ministério da Saúde.

Um quarto fator é a relação dos gastos e investimentos do Governo Federal em saúde pública, seja em relação ao PIB, ao orçamento global do Governo Central ou em relação ao quanto a população acaba tendo que desembolsar diretamente, além dos impostos que paga a cada ano.

Todos sabemos que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, próxima - e as vezes muito superior - a vários países desenvolvidos ou os chamados emergentes. A população brasileira trabalha cinco meses por ano só para pagar impostos, equivalentes a 38% do PIB, enquanto nos EUA esta carga é de 23%, e nos países escandinavos próximo a 50%.

Todavia, principalmente nesses últimos, a população recebe serviços públicos de qualidade e totalmente gratuitos em troca dos impostos que paga ao governo, como saúde, segurança pública, educação, transporte urbano e infraestrutura de primeira qualidade, enquanto aqui no Brasil além de pagar uma enorme carga tributária, ainda tem que gastar de seu bolso se quiser tais serviços e infraestrutura com qualidade.

No Brasil, em 2012, o orçamento do Ministério da Saúde em relação ao orçamento Geral da União foi 8,7%, enquanto no Chile foi de 15,1%, na China 12,5%, nos EUA e na Alemanha 19,8%, na Argentina 20,4%, na Suíça 21% e a média mundial 11,7%. Se na definição do orçamento do Ministério da Saúde fosse aplicada a média mundial, em 2014, seu orçamento deveria ser de R\$ 276,2 bilhões. Se o percentual aplicado fosse o do Chile, seriam R\$ 356,5 bilhões. E se fosse usado o percentual da Suíça, com seu padrão FIFA, seriam R\$ 495,8 bilhões.

Com certeza muita gente pode imaginar que isto seja irreal ou inimaginável. Mas se considerarmos que no Orçamento Geral da União (OGU) em 2014, para os serviços e encargos da Dívida Pública o Governo Dilma reservou mais de um trilhão de reais (42,4% do OGU) enquanto para a saúde apenas R\$ 106 bilhões (4,5% do OGU), podemos perceber que para os banqueiros e agiotas nacionais e internacionais os governos do PT destinam dez vezes mais recursos orçamentários do que para a saúde pública.

As eleições estão se aproximando e as mentiras e/ou meias verdades estarão sendo veiculadas para justificar o caos e horror que caracterizam a saúde pública brasileira, cuja responsabilidade maior, pelas razões expostas, cabe ao Governo Federal, em segundo lugar aos Estados e por último aos municípios, os primos pobres da República!



***JUACY DA SILVA** é professor universitário, aposentado UFMT, mestre em sociologia.
Email: professor.juacy@yahoo.com.br Blog: www.professorjuacy.blogspot.com Twitter:
@profjuacy

IMPRIMIR

ENVIE ESTA MATÉRIA

Fonte: www.hipernoticias.com.br

segunda, 09 de junho de 2014, 09h03

Tamanho do texto A- A+

'ZUMBIS'

Usuários de drogas serão internados de forma compulsória

Prefeitura implanta nesta semana projeto para retirar das ruas da Capital quem está enquadrado como dependente químico, mas precisa de parcerias

ELIANA BESS

Dependentes químicos que vivem nas ruas de Cuiabá serão internados compulsoriamente. Esta iniciativa integra o projeto que será lançado nesta semana pela Prefeitura de Cuiabá, através da Secretaria de Assistência Social. Com a parceria de diversos órgãos – Judiciário e Executivo – o objetivo é encaminhá-los para clínicas terapêuticas.

A expectativa é de que a iniciativa diminua o problema que o serviço social de Cuiabá enfrenta com os moradores de ruas. Atualmente são cerca de 400 pessoas que vivem nessas condições e o poder público não tem como obrigá-los a sair de onde estão, a menos que estejam causando danos ou cometendo crimes, nesse caso a ação envolve a polícia.

Imagem da Internet



Em Cuiabá, ao menos 400 pessoas entre usuários de drogas e mendigos perambulam pelas principais avenidas da cidade

“Não tem como impedir. O Centro Pop, que é uma unidade especializada no atendimento aos moradores de rua faz 80 atendimentos por dia, mas muitos deles acabam retornando para as ruas depois dos encaminhamentos”, explicou José Rodrigues Rocha Junior, secretário de Assistência Social do município, por meio de assessoria.

Outras duas equipes do Creas Norte (Morada do Ouro) e Creas Centro auxiliam nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social. No mês de maio, por exemplo, por meio da abordagem solidária, como é chamado o trabalho, foram atendidas 187 pessoas distintas, ou seja, nenhuma delas foi atendida mais de uma vez.

Só com esses moradores foram desencadeados 3 mil atendimentos, os desdobramentos são ações nas áreas jurídicas, social, pedagógica, de saúde, encaminhamentos para emprego, qualificação profissional, cortes de cabelo e alimentação.



INTERNAÇÃO

Com a internação compulsória, uma vez que não leva em consideração a vontade do dependente (na maioria dos casos eles não querem tratamento), será uma oportunidade de mudanças para essas pessoas.

Para a execução do projeto que será lançado esta semana, dependerá da parceria com outros órgãos. Entre eles, Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), secretarias de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), de Saúde do município e do Estado, entre outros. "Porque o destino deles será as unidades terapêuticas", frisou José Rodrigues.

De acordo com o secretário de Assistência Social de Cuiabá, existem quatro alojamentos da prefeitura para abrigarem das pessoas que decidem sair da condição de morador de rua. Mas, acabam retornando para o convívio na rua, por opção.

INSEGURANÇA

De fato a presença dos moradores na rua causa insegurança na população e aos estabelecimentos comerciais. "Os clientes ficam inseguros, reclamam porque se sentem coagidos. Embora aqui para a loja eles não oferecem perigo. Até contribuem com a limpeza, retirando as caixas de papelão que são destinadas para o lixo, uma vez que as utilizam para se abrigarem durante a noite ou se protegerem do sol", revelou Pedro Franceschini, gerente da Multicoisas, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça. Para ele, o que pesa é o desconforto gerado aos clientes que temem ser assaltados.

Marcos Lopes/HiperNotícias



Empresário Pedro Franceschini, na Avenida do CPA, reclama que presença de usuários de drogas perto da loja afasta os cliente

O problema se agrava para aqueles que dependem do transporte público para retornar do trabalho. "Morro de medo de ser assaltada, já tive muitos amigos que foram assaltados no ponto do ônibus e a cada dia parece que tem gente diferente no entorno dos estabelecimentos, portanto nas proximidades dos pontos de ônibus. Não dá prever a reação deles, infelizmente são pessoas que acabam perdendo a dignidade e princípios de vida. Restam-nos a insegurança e desconfiança. É sempre uma ameaça ao cidadão", pontuou uma servidora pública que preferiu não ter o nome divulgado.



Fonte: www.hipernoticias.com.br

segunda, 09 de junho de 2014, 14h41

Tamanho do texto A- A+

CAOS NA SAÚDE

Justiça bloqueia contas do Ipas e governo de Mato Grosso

DA REDAÇÃO

Diante do caos que se encontra o Hospital Regional de Colíder (656 km de Cuiabá), que está prestes a "fechar as portas", a juíza Henriqueta Fernanda Lima, da 2ª Vara da Comarca de Colíder, mandou bloquear R\$ 4.010.619,25 das contas do Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde (IPAS) e R\$ 1.442.435,48 da conta do Estado de Mato Grosso, para aquisição de medicamentos e insumos urgentes para regular o funcionamento da unidade de saúde.

A decisão da magistrada atende, em caráter liminar, pedido formulado na ação de obrigação de fazer impetrada pelo Ministério Público do Estado e Defensoria Pública

contra o Estado de Mato Grosso e o IPAS.

Edson Rodrigues/Secom-MT



Os valores deverão ser depositados em conta judicial "vinculada" ao presente feito e serão liberados,



mediante alvará judicial, a conta a ser informada pelo Ministério Público, e repassada aos fornecedores de insumos, após juntada das notas fiscais que deverão ser apresentadas, pela interventora, ao parquet que comunicará a este juízo o valor a ser repassado”, diz trecho da decisão.

Ainda de acordo com a juíza, “o que se verifica é a imperiosidade da medida ora manejada pelo Ministério Público e Defensoria Pública, eis que se está diante de um verdadeiro caos na gestão do HRCOL, que atende não apenas à população colidense, mas toda uma região, que conta com centenas de pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde, aqui representado pelo Hospital Regional de Colíder/MT, e que não encontram ali o atendimento de que necessitam, uma vez que, o que se deduz dos autos é que o nosocômio está às vias de “fechar as portas”, uma vez que faltam os insumos básicos ao seu funcionamento, o que sem sombra de dúvidas coloca em risco a vida dessas centenas de pessoas que buscam por socorro”, argumentou.

Com a decisão, o Estado tem 30 dias para providenciar o necessário para assegurar de forma permanente e regular a aquisição de medicamentos e insumos a fim de regularizar o funcionamento do Hospital de Colíder, “sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, sem prejuízo do bloqueio de valores do erário”.

Na decisão, a magistrada determina também que a gestão do hospital de Colíder seja retomada imediatamente pelo Estado de Mato Grosso e o mesmo deve abster-se de terceirizar a unidade de saúde, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil. *(Com informações da Assessoria)*